

ALÔ, BRASÍLIA

UM prêmio internacional, dois prêmios nacionais, uma homenagem da OAB, 43 mil crianças beneficiadas, 22 mil famílias atendidas.

Às vésperas de completar dois anos de implantação, o programa Bolsa-Escola do Governo do Distrito Federal tem outras duas conquistas para comemorar - redução de 7% para 0,2% na evasão escolar e de 20% para 7,7% no índice de repetência, o equivalente a 86,3% de aprovação entre os alunos beneficiados. Depois de despertar interesse em personalidades como o líder sul-africano Nelson Mandela, de impressões delegações estrangeiras como a missão Chinesa e Fullbright e de ser copiado por dezenas de municípios brasileiros e estrangeiros com Bangladesh, na Índia, o próximo passo do programa será a criação de um fundo para ampliação de seus recursos.

Por comprometer apenas 1% do Orçamento do DF, a Bolsa-Escola trabalha com limite de recursos - R\$ 31 milhões e 600 mil. Este valor será suficiente para atender as 25 mil famílias estabelecidas como meta para este ano. Mas, se houver aumento acentuado no valor do salário mínimo, em maio, a meta ficará comprometida. Por isso, os coordenadores do programa já pensam na criação de um fundo para o qual contribuiriam todos os setores da sociedade - empresários, organismos nacionais e internacionais ou mesmo pessoas físicas. Com ele, poderia se pensar até na extensão do programa a uma parcela maior da sociedade. Hoje, destina-se a famílias na faixa da pobreza extrema.

METAS

Mesmo com limitação de recursos, o programa tem ultrapassado suas próprias metas. A intenção do governador Cristovam Buarque era a de beneficiar 20 mil famílias até o final de seu governo. Na primeira metade, em outubro do ano passado, esse número foi alcançado. Agora em março, foram selecionadas 22.684 famílias e um total de 43.281 crianças. Os prêmios recebidos - da Fundação Getúlio Vargas/Fundação Ford, do Seis e o "Criança e Paz", do Unicef - reforçaram sua boa fama. E ela correu o País atraindo para Brasília dezenas de representantes de prefeituras interessadas na implantação de programas de renda mínima.

"Organismos internacionais, governos estaduais e municipais de todos os partidos têm mantido contato conosco mas não é possível mais precisarmos quantos nos procuraram; sabemos que 70 municípios estão implantando programas de renda mínima", afirma a coordenadora técnica da Bolsa-Escola, Marisa Pacheco. Oito cidades já colocaram em execução - Belo Horizonte, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Jundiá, Salvador, Vitória e Brasília.

Iniciativas como esta têm merecido aplauso de entidades como a CNBB. Para o secretário-geral, dom Raimundo Damasceno Assis, "todo esforço que se faz no sentido de levar e manter crianças na escola é positivo". Na complexi-



UNICEF: MAIS RECURSOS PARA BOLSA-ESCOLA

dade do mundo atual "não dá mais para termos apenas a educação fundamental. As pessoas devem estar preparadas intelectual e profissionalmente para poderem contribuir com a sociedade". Dom Damasceno lembra uma frase citada na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em 1992, em Santo Domingo: "Temos que tirar as pessoas da pobreza e dar-lhes os instrumentos para que saiam dessa situação". O principal instrumento, na sua opinião, é a Educação. "A Bolsa-Escola do GDF é a tradução dessa filosofia em fato concreto", afirmou.

UNICEF

A expectativa dos coordenadores do programa em Brasília, no momento, é quanto à avaliação do Unicef - Fundo das Nações Unidas para Infância - sobre a Bolsa-Escola enquanto política pública, seu impacto no orçamento familiar e no orçamento público e que constará de um relatório técnico (v. matéria II). Tradicionalmente, publicações do Unicef são lidas por técnicos e tomadores de decisão em todo o mundo.

Ao mencionar a Bolsa-Escola como exemplo, em seu informe mundial de novembro, o Unicef conseguiu despertar interesse em governos internacionais como os da África do Sul e de diversos países latino-americanos. Mais adiantada está a delegação de Bangladesh que desembarca, em abril, em Brasília, para melhor conhecer a Bolsa-Escola. Para os organizadores da Bolsa-Escola, as honrarias têm sido motivo de orgulho até porque tudo começou do zero. "Não

tínhamos outro modelo para copiar; implantamos o programa e aprendemos sozinhos a administrá-lo com o mínimo de recursos", afirma a coordenadora Marisa Pacheco. (Cláudia Moema).

NOVA ESCOLA

A pesquisa Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação, referente a 96, apontou o ensino público do Distrito Federal como o de melhor qualidade do país. O resultado positivo, no entanto, não satisfaz o governo do DF que continua priorizando a área. "Sou um obcecado por educação", afirma o governador Cristovam Buarque sempre que tem oportunidade.

Sem alarde, o GDF extinguiu o chamado "turno da fome", implementou várias ações no sentido de erradicar o analfabetismo e a evasão escolar, além de ter construído 516 novas salas de aula no ano passado. Os investimentos em educação no período superaram todos os outros setores, recebendo 24,08% do orçamento, cerca de R\$ 870 milhões.

Projetos como o Bolsa-Escola, Sociedade vai à Escola, Canal E (TV Educativa) e a Escola Candanga - a grande novidade de 97 - são alguns dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Educação do DF na busca de uma qualidade de ensino cada vez melhor. A Secretaria de Educação do Distrito Federal também está conseguindo solucionar o problema da falta de professores. Contratou 1800 profissionais aprovados em concursos público neste semestre.

Houve ainda, uma novidade neste início de ano para os alunos que estu-

dam à noite na rede pública de ensino: o lançamento do regime semestral de matrículas por créditos em disciplinas. NO novo sistema, o aluno pode escolher as disciplinas que irá cursar a cada semestre. O ensino noturno, até o ano passado, funcionava da mesma forma que o diurno, no sistema de seriação. Cada série correspondia a um ano letivo e o aluno que não era aprovado em todas as disciplinas tinha que repetir o ano. A partir de agora ele é obrigado a repetir apenas as matérias em que não obteve aprovação.

CASAS POPULARES

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) assinou, no auditório da entidade, contrato com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a construção de 130 casas populares na cidade de Ceilândia, a 25,9 km de Brasília. Os recursos, da ordem de R\$ 1,6 milhão, são do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dentro da Resolução 239, da CEF, que institui o Programa de Carta de Crédito Associativo com a Participação de Companhias de Habitação.

Segundo a diretora de Planejamento do Idhab, Tássia Regino, os candidatos à casa própria, dentro deste programa, serão selecionados pela ordem de classificação no Cadastro do Idhab. A seleção será feita entre os residentes de Ceilândia, seguindo o princípio de regionalização do atendimento à lista. Os classificados serão convocados por carta para habilitação de acordo com os critérios da Caixa. Caso não se habilitem ou não se interessem, permanecerão na

lista, aguardando por uma outra chamada. Os contratos serão assinados pelos adquirentes diretamente com a CEF, que expedirá, amanhã, uma Carta de Garantia de Crédito para o Idhab. Dentro de seis meses, o Instituto deverá ter habilitado 70% dos inscritos.

Para a diretora-presidente do Idhab, Alexandra Reschke, a assinatura deste contrato tem um significado histórico, uma vez que marca a mudança do "paradigma do lote" para a volta à construção de habitações completas. Durante o governo anterior, foram distribuídos, irregularmente, mais de 90 mil lotes sem qualquer infra-estrutura ou regularização fundiária e de posse, iniciativa com fins eleitorais, que ficou conhecida como a "farra dos lotes".

O TESOIRO DA RUA

Jane é uma garota de 14 anos que, ao lado do avô, vive uma das mais empolgantes aventuras imagináveis: passeia pela História do Brasil. A adolescente é a narradora do livro *O tesouro na rua*, de Cristovam Buarque, lançado pela Record em 1995 e reeditado agora, pela FAE - Fundação de Apoio ao Estudante. O livro foi selecionado para o Programa Nacional Salas de Leitura e Bibliotecas Escolares e será distribuído gratuitamente em escolas de todo o Brasil.

Assim, os estudantes vão poder saber, de uma forma bastante simples, como viviam os escravos na época do Brasil Colônia, como a vida dos garimpeiros hoje é parecida com a que levavam séculos atrás, situação agravada com o uso do mercúrio, e como a vida das elites econômicas é diferente. Vai entender sobre dívida externa, prioridades sociais, relações internacionais e participação popular.

No prefácio, Frei Betto explica: "Cristovam Buarque é, sobretudo, um professor" e conclui aliando o ato de escrever à ação política: "Escrever é revelar, tirar o véu para que possamos ver melhor", afirma. "Fazer política é organizar, tornar as coisas mais propícias à condição humana, para que todos possam ter o pão, paz e prazer".

Mas, além disso, *O tesouro na rua* é uma lição de narrativa. Cristovam Buarque consegue falar de assuntos, que naturalmente não têm nenhum apelo, com tanta empolgação e envolvendo os temas com tanta aventura que impossível é deixar de ler. O avô da garota é completamente biruta, se considerarmos os padrões estabelecidos. Ele tem aquela lucidez que falta à maioria da população.

E com essa lucidez/birutice, depois de ficar viúvo e saber que uma doença no coração está para levá-lo, resolve vender tudo e investir nessa viagem com a neta. "Se você aprender alguma coisa comigo, permanecerá vivo, enquanto você viver. E se você ensinar a outra pessoa o que aprendeu de mim, continuarei vivo, mesmo depois de você", explica o avô.

E ele ensina muito mais que a História do Brasil - como se isso já não fosse um trabalho hercúleo. Ensina que se pode aprender com alegria, morrer com dignidade, viver com paixão. Ensina a harmonia que pode haver na convivência entre velhos e jovens. Ensina olhar para o passado para entender o presente e transformar o futuro. Mostra como o Brasil deu no que deu e aponta as enormes chances que o país tem de vir a dar certo.